

EDITAL N.º 01/2012

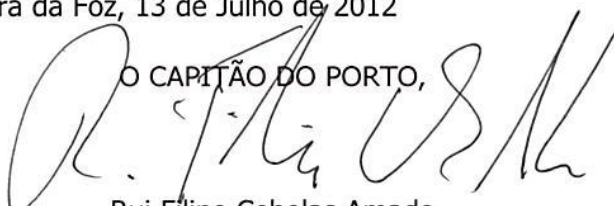
INSTRUÇÕES PARA A NAVEGAÇÃO E PERMANÊNCIA
NO
ESPAÇO DE JURISDIÇÃO MARÍTIMA
DA
CAPITANIA DO PORTO DA FIGUEIRA DA FOZ

EDITAL N.º 01/2012

O Capitão-de-fragata Rui Filipe Cebolas Amado, Capitão do Porto da Figueira da Foz, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea g) do número 4 do Artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 44/2002, de 2 de Março, conjugados com o disposto na Regra 1 alínea b) do Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar – 1972 (RIEAM-72), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 55/78, de 27 de Junho com as alterações introduzidas pelo Aviso publicado no Diário da República I.ª Série n.º 258, de 9 de Novembro de 1983, e pelos Decretos n.º 45/90, de 20 de Outubro, n.º 56/91, de 21 de Setembro, n.º 27/2005, de 28 de Dezembro e n.º 1/2006, de 2 de Janeiro, faz saber que:

1. Para além do estabelecido nas normas específicas da Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A., para a respetiva área de jurisdição portuária, a navegação e permanência de navios e embarcações no espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz, bem como outras atividades, devem reger-se, sem prejuízo da legislação relevante aplicável, pelo conjunto de determinações, orientações e informações que constam do anexo ao presente Edital (e eventuais alterações a promulgar) e que dele faz parte integrante;
2. As infrações ao estabelecido no presente Edital, independentemente das avarias e acidentes cuja responsabilidade possa caber a qualquer dos intervenientes, serão punidas de acordo com a correspondente lei penal e o regime de contraordenações aprovado pelo Decreto-Lei n.º 45/2002, de 2 de Março, tendo presente o regime geral das contraordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 356/89 de 17 de Outubro, pelo Decreto-Lei n.º 244/95, de 14 de Setembro, que o republicou, e pela Lei n.º 109/2001, de 24 de Dezembro.
3. Este Edital entra em vigor a 16 de Julho de 2012 sendo revogado, na mesma data, o Edital n.º 01/2010, de 07 de Outubro de 2010, da Capitania do Porto da Figueira da Foz.

Capitania do Porto da Figueira da Foz, 13 de Julho de 2012


O CAPITÃO DO PORTO,
Rui Filipe Cebolas Amado
Capitão-de-fragata

ANEXO

AO

EDITAL Nº 01/2012

Índice

CAPÍTULO I	DISPOSIÇÕES GERAIS	A-3
1.	Enquadramento e definições	A-3
2.	Segurança da navegação	A-4
3.	Sinais de situação da Barra do Porto da Figueira da Foz	A-5
4.	Sinais visuais de Avisos de Temporal	A-6
5.	Comunicações em VHF	A-7
6.	Contactos	A-7
CAPÍTULO II	ENTRADA E SAÍDA DE NAVIOS NO PORTO	A-7
1.	Fundeadouro exterior	A-7
2.	Condições de acessibilidade ao porto	A-8
3.	Período de movimento	A-9
4.	Aviso de movimento	A-10
5.	Visita de entrada	A-10
6.	Despacho de largada	A-10
7.	Visita de saída	A-11
8.	Bandeiras, distintivos e sinais autorizados	A-11
CAPÍTULO III	AVARIAS E VISTORIAS	A-12
1.	Arribadas	A-12
2.	Avarias a bordo de navios	A-13
3.	Embarcações em mau estado de conservação, acidentadas ou naufragadas	A-14
4.	Relatórios de Mar	A-14
5.	Trabalhos a bordo	A-15
6.	Vistorias a navios e embarcações	A-15
CAPÍTULO IV	SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	A-16
1.	Transporte de cargas perigosas	A-16
2.	Embarque e desembarque de substâncias perigosas e poluentes	A-18
CAPÍTULO V	POLUIÇÃO	A-20

1.	Poluição	A-20
2.	Lastros.....	A-20
3.	Uso de dispersantes	A-21
CAPÍTULO VI OPERAÇÕES PORTUÁRIAS		A-21
1.	Serviços efetuados por mergulhadores	A-21
2.	Reboques.....	A-22
3.	Dragagens	A-22
CAPÍTULO VII PESCA (PROFISSIONAL E LÚDICA) E PRÁTICA DE MERGULHO		A-23
1.	Pesca Profissional no rio Mondego.....	A-23
2.	Pesca com arte Majoeira.....	A-24
3.	Pesca com arte Xávega	A-25
4.	Pesca Lúdica	A-25
5.	Pesca Submarina	A-26
6.	Prática de Mergulho	A-27
CAPÍTULO VIII ATIVIDADES DE CARÁCTER RECREATIVO E DESPORTIVO.....		A-27
1.	Eventos de natureza desportiva ou cultural	A-27
2.	Fogo-de-artifício	A-27
3.	Embarcações de Alta Velocidade (EAV).....	A-28
4.	Náutica de recreio.....	A-29
5.	Desportos náuticos motorizados.....	A-29
6.	Remo.....	A-30
7.	Kitesurf	A-30
8.	Windsurf	A-31
9.	Natação	A-32
CAPÍTULO IX DIVERSOS		A-32
1.	Comunicação de achado ou de objeto suspeito.....	A-32
2.	Utilização de detetores de metais.....	A-33
3.	Operações de <i>Scooping</i>	A-33
4.	Condicionamento no acesso aos molhes exteriores	A-33
5.	Cargas, coisas, objetos e valores abandonados	A-34
6.	Condução de embarcações sob a influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas.....	A-34
APÊNDICE I		A-1-1
APÊNDICE II.....		A-2-1

ANEXO

AO

EDITAL N.º 01/2012

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Enquadramento e definições

- a. As presentes normas aplicam-se a todo o espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz (CPFF), tal como definido no quadro n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 265/72, de 31 de Julho (Regulamento Geral das Capitánias - RGC), incluindo a faixa de terreno do domínio público marítimo, o mar territorial e, em conformidade com as disposições da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de Dezembro de 1982, a zona contígua, a zona económica exclusiva e a plataforma continental, sem prejuízo das competências específicas de outras entidades.
- b. Para efeitos de delimitação do espaço de jurisdição da CPFF a montante no rio Mondego, a posição geográfica da Marca do Pontão, referida no quadro n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 265/72, de 31 de Julho (RGC), é: Latitude 40º 07',43 N e Longitude 008º 48'.05 W (Datum WGS84).
- c. Para efeitos de proteção ambiental no espaço de jurisdição da CPFF aplicam-se as disposições constantes do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Ovar à Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 28 de Setembro, sem prejuízo da aplicação de outras disposições jurídicas em vigor sobre o assunto.
- d. Designa-se por "Porto da Figueira da Foz" o espaço de jurisdição da CPFF no rio Mondego e rio de Lavos, desde a foz, definida pela linha de fecho tangente às testas dos molhes exteriores, até à marca do Pontão, tal como definido no quadro n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 265/72, de 31 de Julho (Regulamento Geral das Capitánias - RGC).
- e. Designa-se por "Área Portuária" o espaço delimitado no rio Mondego entre a Fontela e as testas dos molhes exteriores do porto (no braço norte ou braço principal) e no rio de Lavos (braço sul) entre a ponte da Gala (Ponte dos Arcos) para jusante até à confluência com o braço principal, nela se incluindo a Doca dos Bacalhoeiros, a Doca do Cochim (Porto de Pesca) e a Doca de Recreio, espaço correspondente à área de jurisdição da Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. (APFF), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 210/2008, de 3 de Novembro, cuja

delimitação geográfica se encontra representada na planta anexa ao referido diploma, publicada na Declaração de Retificação n.º 75/2008, de 9 de Dezembro.

- f. As presentes instruções não prejudicam o normativo presente no Regulamento Internacional para Evitar Abalroamentos no Mar – 1972 (RIEAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 55/78, de 27 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Aviso publicado no Diário da República I.ª Série n.º 258, de 9 de Novembro de 1983, e pelos Decretos n.º 45/90, de 20 de Outubro, n.º 56/91, de 21 de Setembro, n.º 27/2005, de 28 de Dezembro e n.º 1/2006, de 2 de Janeiro, chamando-se a especial atenção dos navegantes para a regra n.º 2 daquele Regulamento.
- g. Nestas instruções as designações de "navio" e "embarcação" serão aplicadas indistintamente, tendo ambas o mesmo significado do RIEAM - Regra 3 alínea a. - a saber: *"todo o veículo aquático de qualquer natureza, incluindo os veículos que não mergulham na água e os hidroaviões, utilizado ou suscetível de ser utilizado como meio de transporte sobre a água."*
- h. No Porto da Figueira da Foz são considerados navios com capacidade de manobra reduzida, além dos designados na alínea g) da Regra 3 do RIEAM, os navios com características especiais identificadas pela Autoridade Portuária e aqueles cujas características náuticas excedam os limites técnicos de segurança definidos em normativo daquela Autoridade.
- i. As Cartas Náuticas Oficiais (CNO) que cobrem o espaço de jurisdição marítima da CPFF, recomendadas para a utilização nas aproximações ao Porto da Figueira da Foz e dentro da área navegável do rio Mondego, são as seguintes: 24202 (INT 1814); 26404 (INT 1814); 25R03 e 25R04 (recreio). O espaço de jurisdição desta Capitania encontra-se igualmente coberto pelas seguintes Cartas Eletrónicas de Navegação Oficiais (CENO): PT528507 e PT426404.

2. Segurança da navegação

- a. A área delimitada pelos paralelos 40º 05',5 N, 40º 07' N e meridiano 008º 54',5 W (Datum WGS84) e a linha de costa (a Norte da Costa de Lavos) destina-se a exercícios de tiro e por isso deve ser considerada área perigosa.
- b. Por razões de proteção dos emissários submarinos edificadas a Sul da praia de Mira, é proibido fundear, rocegar, dragar e pescar com artes de fundo ou desenvolver quaisquer outras atividades que possam conflitar com aquelas infraestruturas, na área delimitada pelos paralelos 40º 26',2 N, 40º 24',8 N e meridiano 008º 50',5 W (Datum WGS84) e a linha de costa.
- c. Todas as embarcações que naveguem, bem como outras atividades em desenvolvimento, nas imediações de instalações de aquicultura e de marinhas de sal no rio Mondego e rio de Lavos, devem observar especial cuidado para não interferirem com aquelas atividades ou danificarem as margens.

3. Sinais de situação da Barra do Porto da Figueira da Foz

Verificando-se condições meteorológicas e oceanográficas desfavoráveis cuja intensidade e efeito possam resultar em prejuízo para a segurança da navegação na barra do Porto da Figueira da Foz, o Capitão do Porto, ouvida a Autoridade Portuária, poderá interditar a navegação a embarcações de comprimento fora-a-fora inferior a 11 metros ou inferior a 35 metros – Barra Condicionada – ou interditá-la a toda a navegação – Barra Fechada – no intuito de garantir a salvaguarda da vida humana, das embarcações, navios e do acesso ao porto. Nestas circunstâncias:

- a. No mastro de sinais do Forte de Santa Catarina (nas coordenadas 40° 08',87 N - 008° 51',58 W; Datum WGS84) são ativados os seguintes sinais de situação da barra:

(1). Barra fechada:

- (a). De dia: dois balões pretos, esféricos, içados a tope, um em cada extremo da verga de sinais do mastro;
- (b). De noite: quatro luzes permanentemente acesas, dispostas verticalmente, na sequência, de cima para baixo, verde vermelha verde vermelha;
- (c). Significado - é proibido toda a navegação de entrada e saída de navios e embarcações.

(2). Barra condicionada a 35 metros:

- (a). De dia: um balão preto, esférico, içado a tope, num extremo da verga de sinais do mastro;
- (b). De noite: três luzes permanentemente acesas, dispostas verticalmente, na sequência, de cima para baixo, verde vermelha verde;
- (c). Significado – só é permitido a navegação de entrada e saída aos navios e embarcações de comprimento fora-a-fora superior a 35 metros, devendo, no entanto, serem tomadas todas as precauções com “os golpes de mar”.

(3). Barra condicionada a 11 metros:

- (a). De dia: um balão preto, esférico, içado a meia adriça num extremo da verga de sinais do mastro.
- (b). De noite: três luzes, acendendo intermitentemente, dispostas verticalmente, na sequência, de cima para baixo, verde vermelha verde.
- (c). Significado – só é permitido a navegação de entrada e saída aos navios e embarcações de comprimento fora-a-fora superior a 11 metros, devendo, no entanto, serem tomadas todas as precauções com “os golpes de mar”.

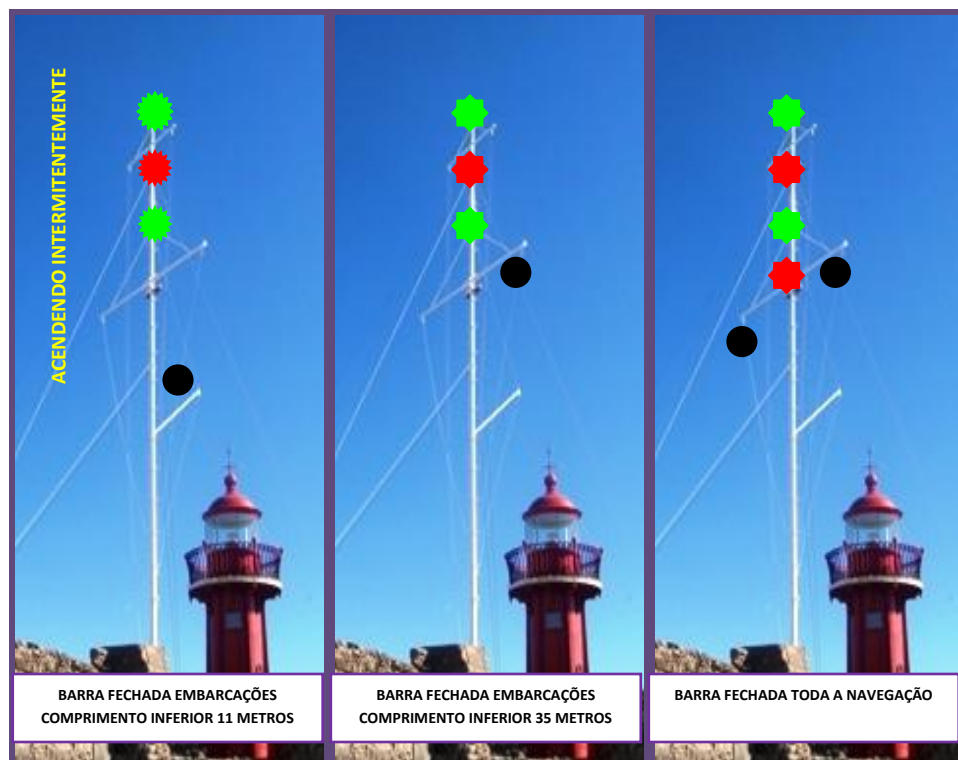


Figura 1 – Representação Gráfica do Assinalamento da Barra

- b. Na situação de barra fechada, é proibido a toda a navegação o trânsito ou exercício de qualquer atividade a jusante da estrutura conhecida como pontão do marégrafo sito na raiz do molhe de retenção interior Norte.
- c. Na situação de barra condicionada, é proibido a toda a navegação o trânsito ou exercício de qualquer atividade para jusante do alinhamento dos farolins dos molhes interiores, com exceção do trânsito dos navios e embarcações cujo movimento de entrada e saída da barra não se encontre interdito.
- d. Sempre que surjam dúvidas sobre os avisos em vigor, relativos à situação da barra ou outros que se relacionem com a segurança da navegação, deverão ser contactados os serviços da Capitania, do Piquete da Polícia Marítima (PM), do Departamento de Pilotagem da Autoridade Portuária ou ANAVNET – Avisos aos Navegantes (<http://anavnet.hidrografico.pt>).

4. Sinais visuais de Avisos de Temporal

Nos termos do Decreto-Lei n.º 283/87, de 25 de Julho, sempre que as circunstâncias meteorológicas assumam, ou se preveja venham a assumir, condições adversas de especial intensidade e significado para a navegação e circulação na faixa costeira, será ativado o mastro de sinais de Avisos de Temporal sito na Estação Salva-Vidas da Figueira da Foz (nas coordenadas 40º 08',67 N - 008º 51',58 W; Datum WGS84) sendo estabelecido o sinal ([ver Apêndice I](#)) correspondente à informação veiculada pelo Instituto de Meteorologia, IP.

5. Comunicações em VHF

- a. O plano de comunicações em vigor no Porto da Figueira da Foz, e demais espaço de jurisdição da Capitania, cumpre com o preceituado na Portaria n.º 630/2002, de 12 de Junho (Plano Nacional de Comunicações em VHF - Serviço Móvel Marítimo).
- b. Os navios e embarcações deverão obrigatoriamente manter escuta permanente no canal 13 - Segurança da Navegação - sempre que a navegar no Porto da Figueira da Foz.
- c. Para além do canal referido (Canal 13 – Segurança da Navegação), os navegadores deverão manter presente a necessidade de atenção aos canais:
 - (1). Canal 16 – Socorro, Urgência, Segurança e Chamada;
 - (2). Canal 14 – Autoridade Portuária – Serviço de Pilotagem;
 - (3). Canal 11 – Comunicações com entidades oficiais;
 - (4). Canal 10 – Manobra de navios – Operações de reboque;
 - (5). Canal 09 – Navegação de recreio.

6. Contactos

- a. A Capitania do Porto da Figueira da Foz pode ser contactada através do telefone n.º 233 422 955 - nos dias úteis e no horário normal de atendimento ao público (0900 – 1230 e 1400 – 1630) -, do fax n.º 233 423 121 ou do endereço de correio eletrónico capitania.ffoz@marinha.pt.
- b. O Piquete do Comando Local da Polícia Marítima (CLPM) poderá ser contactado, a qualquer hora ou dia da semana, através do telefone n.º 233 422 955 ou pelo telemóvel 916 352 629 ou ainda pelo fax com o n.º 233 423 121, pelo endereço de correio eletrónico policiamaritima.ffoz@marinha.pt, bem como através de VHF – canal 16 – no qual mantém escuta nos dias úteis das 0900 às 1730 horas.

CAPÍTULO II ENTRADA E SAÍDA DE NAVIOS NO PORTO

1. Fundeadouro exterior

O controlo de navios constitui competência do Capitão do Porto como órgão local do Sistema da Autoridade Marítima (SAM) e autoridade competente para, nomeadamente, executar atos de soberania e demais atos administrativos em matéria de visita, imposição do fecho de barras, disciplina da navegação, condições de acesso e saída do porto, detenção e desembarço de navios.

- a. O fundeadouro de espera no exterior do Porto da Figueira da Foz é um espaço definido pelas seguintes posições geográficas (Datum Europeu 1950):
 - (1). Vértice A: 40º 09',3 N – 008º 57',0 W;
 - (2). Vértice B: 40º 09',3 N – 008º 55',7 W;

(3). Vértice C: 40° 08',8 N – 008° 55',7 W;

(4). Vértice D: 40° 08',8 N – 008° 57',0 W.

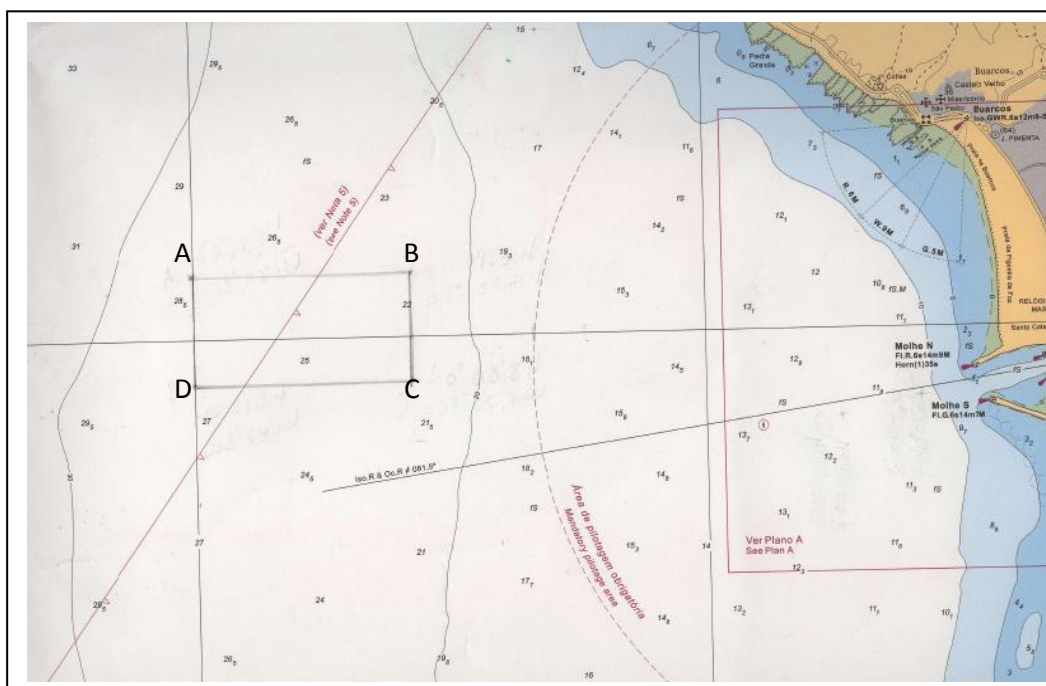


Figura 2 – Fundeadouro Exterior

- b. Este fundeadouro destina-se aos navios com autorização prévia de entrada no Porto da Figueira da Foz e que necessitam de aguardar entrada. Para fundear deverão obter a correspondente anuência e seguir os procedimentos que lhes forem indicados pela Autoridade Portuária através do Departamento de Pilotagem que fará uso da autorização tácita concedida pelo Capitão do Porto para o efeito.
- c. Quaisquer outros navios, na situação de arribados ou que não tenham como porto de destino o Porto da Figueira da Foz, só poderão fundear com autorização expressa do Capitão de Porto.
- d. Não é permitido arriar ou movimentar quaisquer embarcações próprias do navio, ou receber embarcações do exterior, sem prévia autorização do Capitão do Porto.
- e. Por razões de segurança e atendendo às características dos navios, tipo de fundo e tensa, estes, em princípio, não deverão fundear, ou permanecerem fundeados, perante mar grosso (vaga superior a 3 metros) e vento muito fresco (superior a Força 5 na escala de Beaufort).
- f. Em casos excepcionais, a analisar caso a caso, pode ser autorizada ou determinada pelo Capitão do Porto a permanência de navios fora da área de fundeadouro.

2. Condições de acessibilidade ao porto

- a. Os atos e procedimentos aplicáveis ao acesso e saída de navios e embarcações do Porto da Figueira da Foz serão executados na estrita observância do articulado

constante do Decreto-Lei n.º 370/2007, de 6 de Novembro e demais legislação aplicável observando-se a regulamentação emanada pela Autoridade Portuária.

- b. As condições de acessibilidade ao Porto da Figueira da Foz são as estabelecidas pela Autoridade Portuária sendo obrigatório, por razões de segurança, o acompanhamento pela PM, para controlo próximo da navegação, de todos os navios designados especiais ou aqueles cujas características náuticas excedam os limites técnicos definidos em normativo daquela Autoridade podendo, ainda, tal acompanhamento ser imposto a outros navios, nomeadamente em razão da carga que transporte, em caso de visibilidade reduzida ou outras razões imperativas de segurança da navegação.
- c. No Porto da Figueira da Foz é proibido navegar a velocidades que possam, por qualquer forma, nomeadamente em consequência da ondulação criada, causar prejuízos ou acidentes nos navios, embarcações, muralhas, amarrações, artes de pesca ou navegação em curso estabelecendo-se o limite de **5 (cinco) nós** para o interior do Porto de Pesca e Marina e **8 (oito) nós** para o canal principal desde que estas velocidades sejam superiores à velocidade mínima de manobra, devendo, em todas as circunstâncias, ser utilizada uma velocidade que não comprometa uma navegação em condições de segurança.
- d. No Porto da Figueira da Foz é proibido fundear no canal de navegação principal, desde a ponte Edgar Cardoso até à ponta dos molhes de retenção interiores, e no canal de acesso no anteporto, definido com limite a Norte pelo enfiamento entre a cabeça do molhe de retenção interior Norte com a baliza n.º 2 e desde esta à cabeça do molhe exterior Norte e limite a Sul pelo enfiamento entre a cabeça do molhe de retenção interior Sul e a cabeça do molhe exterior Sul bem como no acesso à barra em posição que possa conflitar com a segurança da navegação.
- e. Sob condições de mar e vento adversas, na aproximação ou afastamento ao Porto da Figueira da Foz, especialmente sempre que a [barra esteja condicionada](#) ou estejam em vigor [avisos de temporal](#), os Comandantes, Mestres ou Arrais devem interditar a circulação de pessoas no exterior dos navios e embarcações e ordenar que os tripulantes envergarem os coletes de salvação e se despojem de botas de borracha de cano alto.

3. Período de movimento

O movimento de entrada e saída de navios sujeitos a pilotagem no Porto da Figueira da Foz é permitido durante o arco diurno e no arco noturno apenas nas condições estabelecidas pela Autoridade Portuária, salvo se, o Capitão do Porto, por motivos meteorológicos, oceanográficos ou qualquer outra anomalia determinar o contrário, facto que será divulgado por Aviso à Navegação Local e Aviso aos Navegantes e içado o correspondente sinal de barra condicionada ou fechada no Forte de Santa Catarina nas condições previstas no [n.º 3 do Capítulo I](#).

4. Aviso de movimento

Toda a navegação, excetuando as embarcações de pesca local, costeira e de recreio, bem como de tráfego local, rebocadores e embarcações auxiliares, locais e costeiras, deverá efetuar comunicação prévia de movimento à Capitania do Porto, individualmente ou através do respetivo agente de navegação, com o mínimo de 2 horas, sem prejuízo da obrigatoriedade de comunicação à Autoridade Portuária.

5. Visita de entrada

À chegada ao Porto da Figueira da Foz, a Autoridade Marítima, através de um Agente da PM, efetuará visita de entrada aos navios/embarcações que:

- a. Peçam arribada;
- b. Transportem cargas ou substâncias perigosas;
- c. Transportem clandestinos;
- d. Arvorem bandeira de país não comunitário;
- e. Arvorando bandeira de país comunitário, sejam provenientes de porto de país não comunitário;
- f. Pretendendo aceder a águas territoriais, águas interiores ou fundeadouros subsistam sobre eles fundadas suspeitas quanto à tripulação, carga ou à prática de qualquer ilícito penal ou contraordenacional.

Estão isentos de visita de entrada, sem prejuízo no anteriormente disposto, os navios de comércio nacionais e os que arvorem bandeira de país comunitário, desde que provenientes de porto nacional ou de porto de país comunitário.

6. Despacho de largada

- a. O despacho de largada é o documento, emitido pelo Capitão do Porto, que atesta que o navio que larga de um porto nacional preenche os requisitos respeitantes a segurança, pessoas e bens embarcados e que cumpriu todas as formalidades necessárias e obrigações pecuniárias no espaço nacional.
- b. A documentação necessária para a emissão do despacho de largada é fornecida à Capitania do Porto pelas Autoridades Portuária, Aduaneira, Sanitária e de Estrangeiros e Fronteiras, através da "Janela Única Portuária (JUP)" ou, em caso de contingência, pelo comandante do navio, ou seu representante legal, presencialmente, na CPFF.
- c. Estão isentos de despacho de largada:
 - (1). Os navios das marinhas de guerra e outros navios de Estado;

- (2). Os navios e embarcações de tráfego local;
 - (3). Os navios e embarcações de pesca, com exceção das embarcações de pesca do largo;
 - (4). Os rebocadores e embarcações auxiliares, locais ou costeiros.
- d. Nenhum navio ou embarcação, quando aplicável, pode largar do Porto da Figueira da Foz sem que tenha sido emitido o respetivo despacho de largada, salvo nas condições em que esteja isento.
 - e. São proibidas quaisquer movimentações de carga ou de saída e entrada de pessoas a bordo a partir da notificação do despacho de largada ao Comandante do navio ou seu representante legal.
 - f. A notificação do despacho de largada ao Comandante do navio será feita pelos Agentes da PM, que certificarão o exposto na alínea anterior.

7. Visita de saída

São obrigatoriamente visitados, à saída, pelo Agente da Autoridade Marítima, os seguintes navios e embarcações:

- a. Sempre que transportem carga ou substâncias perigosas.
- b. Sempre que transportem clandestinos.
- c. Sempre que tenham efetuado reparação de avarias no porto que pela sua natureza possam pôr em causa o navio, a segurança da navegação ou dos seus tripulantes, a segurança do porto ou apresentem risco de originar poluição marítima.

8. Bandeiras, distintivos e sinais autorizados

Os navios surtos no Porto da Figueira da Foz ou que pratiquem o fundeadouro exterior, com exceção dos navios de guerra, só poderão ter içado as seguintes bandeiras ou distintivos:

- a. Bandeira da sua nacionalidade.
- b. Bandeiras e outros distintivos previstos no Código Internacional de Sinais.
- c. Bandeiras ou sinais do RIEAM-72.
- d. Distintivo da companhia armadora.
- e. Bandeira Portuguesa.

CAPÍTULO III AVARIAS E VISTORIAS

1. Arribadas

- a. Define-se por arribada a demanda de um porto, ou fundeadouro, que não o de destino, por qualquer navio desviado da rota planeada devido a:
 - (1). Existência de incêndio a bordo ou água aberta e/ou apresentando perigo de explosão ou poluição das águas.
 - (2). A fluviabilidade e/ou a navegabilidade e/ou manobrabilidade e/ou estabilidade estejam parcial ou totalmente afetadas/reduzidas.
 - (3). Necessidade de efetuar reparações de avarias inopinadas.
 - (4). Necessidade de desembarcar doentes, feridos, náufragos ou cadáveres.
 - (5). Necessidade de abrigar do mau tempo na zona oceânica adjacente.
 - (6). Necessidade de reabastecer-se de combustíveis, óleos, lubrificantes, água ou víveres.
 - (7). Necessidade de efetuar operações comerciais (carga ou embarque de passageiros), não previstas cumulativamente com os motivos anteriormente mencionados.
- b. Os navios que pretendam demandar o porto ou fundeadouro exterior da Figueira da Foz, na situação de arribados, para além da obrigatoriedade de cumprir com o normativo estabelecido pela Autoridade Portuária, deverão enviar à Capitania o respetivo termo, ou declaração de arribada, para que, no âmbito da segurança da navegação, sejam estabelecidas eventuais formas de acesso ao mar territorial, ou a sua interdição, se aplicável, onde constem, entre outros, os seguintes elementos:
 - (1). Nome, tipo de navio, bandeira de registo e número IMO, arqueação (GT), comprimento e calado máximo do navio à chegada.
 - (2). Motivo de arribada.
 - (3). Número de pessoas embarcadas.
 - (4). Existência de passageiros clandestinos.
 - (5). Existência de vidas humanas em perigo ou que necessitem de assistência.
 - (6). Existência de risco de alagamento, afundamento, incêndio, explosão ou poluição.
 - (7). Existência de danos, avarias e anomalias, que condicionem a estabilidade, a navegabilidade e/ou manobrabilidade do navio.
 - (8). Existência de condicionantes à utilização das ajudas à navegação, radar, comunicações, cartas náuticas, agulha ou sonda.
 - (9). Tipo e quantidade de carga existente a bordo e sua condição.

- (10). Existência de mercadorias perigosas e/ou poluentes, sua classificação IMDG (*International Maritime Dangerous Goods*) e quantidade.
 - (11). Indicação se vem rebocado e, caso afirmativo, o nome e potência do rebocador.
 - (12). Hora Estimada de Chegada (ETA).
 - (13). Destino, local de atracação ou fundeadouro.
- c. A declaração de arribada deve ser enviada por Fax para a Capitania do Porto da Figueira da Foz, para os contactos indicados no [n.º 5 do Capítulo I](#), independentemente de ter sido utilizada outra forma de comunicação.
 - d. Em resposta à declaração de arribada, o Capitão do Porto da Figueira da Foz exarará despacho a definir as condições de acesso ao mar territorial e dará conhecimento à Autoridade Portuária e outras entidades que devam ser informadas no âmbito das suas competências.
 - e. A não declaração de arribada, ou as falsas declarações, constituem infração a este Edital e, conseqüentemente, sujeitas a processo de contraordenação.

2. Avarias a bordo de navios

- a. Qualquer deficiência ou avaria a bordo de um navio ou embarcação que afete, ou que reúna condições para potencialmente vir a afetar, de algum modo, a segurança marítima, deverá ser prontamente comunicada, pelos Comandantes dos navios ou seus representantes legais, à Capitania do Porto da Figueira da Foz e à Autoridade Portuária quando no seu espaço de jurisdição, sem prejuízo de posterior apresentação do respetivo "Relatório de Mar".
- b. Quando no cumprimento das suas funções a bordo dos navios, os pilotos tomem conhecimento de anomalias que possam comprometer a segurança da navegação, do navio, infraestruturas e instalações ou que constituam ameaça de dano para o meio marítimo, darão de imediato conhecimento do facto à Capitania do Porto da Figueira da Foz, independentemente de tal ter sido comunicado a outras entidades.
- c. Quando a Autoridade Portuária, no exercício das suas competências, tome conhecimento de que determinado navio apresenta anomalias suscetíveis de comprometer a segurança própria ou de constituir ameaça desproporcionada de danos para o meio marinho dará imediato conhecimento do facto à Capitania do Porto da Figueira da Foz, independentemente de tal ter sido comunicado a outras entidades.
- d. Mediante análise, caso a caso, o Capitão do Porto poderá determinar que o navio apresentando anomalias seja sujeito a inspeção técnica no âmbito do controlo de navios pelo Estado do porto (*Port State Control*).
- e. Para efeito das comunicações acima referidas deverá ser contactado o piquete da PM, pelo meio mais expedito, preferencialmente através de comunicações via rádio

VHF – Canal 16 (indicativo de chamada radiotelefónico – POLIMARFOZ), ou através de contacto telefónico com a CPFF/CLPM.

3. Embarcações em mau estado de conservação, acidentadas ou naufragadas

- a. Sempre que se verifique sinistro marítimo ou existam indícios evidentes de que tal possa vir a ocorrer deve tal facto ser comunicado pelo meio mais expedito à CPFF, independentemente de ter sido comunicado a outras entidades e sem prejuízo de posterior apresentação do respetivo “Relatório de Mar”.
- b. As embarcações acidentadas ou naufragadas e aquelas cujo estado de conservação possa indiciar propensão para incidentes devem ser de imediato retiradas do espelho de água pelo respetivo proprietário ou por quem o represente.
- c. Os proprietários e armadores de embarcações sem certificado de navegabilidade ou declaração de vistoria válidos, ainda que atracadas ou varadas no espaço de jurisdição da Autoridade Portuária, devem comunicar, e manter atualizado, à CPFF, contacto próprio ou de representante que habilite comunicação expedita de qualquer anomalia que possa vir a ocorrer.
- d. Sempre que subsistam dúvidas sobre a flutuabilidade de embarcações desprovidas de certificado de navegabilidade ou declaração de vistoria válidos o Capitão do Porto poderá impor vistoria destinada a avaliar da navegabilidade da embarcação quando esta se encontre atracada ou fundeada.

4. Relatórios de Mar

- a. De acordo com o disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 384/99, de 23 de Setembro, entende-se por “Acontecimento de Mar” todo o facto extraordinário que ocorra no mar, ou em águas sob jurisdição nacional, que tenha causado ou possa causar danos a navios, engenhos flutuantes, pessoas ou coisas que neles se encontrem ou por eles sejam transportadas.
- b. Nos termos do artigo 14.º do mesmo Decreto-Lei, após a ocorrência de acontecimento de mar, o Capitão ou quem exerça as funções de comando deve elaborar um “Relatório de Mar” (também conhecido por “Protesto de Mar”), onde seja descrito pormenorizadamente o ocorrido, devendo o mesmo ser apresentado à autoridade marítima ou consular, com jurisdição no primeiro porto de escala onde essa autoridade exista, no prazo de quarenta e oito horas contado a partir do momento em que o navio atracar ou fundear no mencionado porto sendo que em caso de perda total do navio, o prazo conta-se desde a data da chegada do capitão ou de quem o substitua.
- c. Relativamente aos Relatórios de Mar elaborados pelos capitães de embarcações comunitárias ou de países terceiros, nos termos conjugados do artigo 6.º do Título I do Código Comercial e da alínea f) do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 44/2002, na falta de autoridade consular residente do país de bandeira da embarcação em causa, e só neste caso, sob requerimento do Capitão ou do Agente de Navegação do navio, o Capitão do Porto pode receber e confirmar esses

relatórios, reendereçando-os à autoridade consular do país de bandeira da embarcação em causa mais próxima, ainda que o mesmo não tenha merecido um despacho de confirmação da autoridade marítima portuguesa.

5. Trabalhos a bordo

- a. Qualquer trabalho de reparação a bordo, durante a estadia de um navio no porto, necessita de prévio licenciamento da Capitania do Porto da Figueira da Foz.
- b. A realização de trabalhos a bordo, quer se trate ou não de navios arribados, que pela sua natureza e/ou pelos equipamentos, motores propulsores ou motores auxiliares a reparar, possam pôr em causa a segurança do navio, de outros navios ou do porto, implica a necessidade de acompanhamento e vistoria por parte de peritos da Capitania, sem prejuízo das competências próprias da Autoridade Portuária ou do controlo de navios pelo Estado do Porto (PSC).
- c. Qualquer embarcação que precise de efetuar docagem a seco, ou varagem, necessita de prévio licenciamento da Capitania do Porto da Figueira da Foz – Licença de Encalhe.
- d. Uma vez concluídos os trabalhos necessários para ultrapassar as deficiências identificadas, será obrigatoriamente efetuada uma inspeção técnica a bordo pelos peritos da Autoridade Marítima para a verificação das condições de segurança.

6. Vistorias a navios e embarcações

- a. No âmbito da atividade de inspeção e vistoria, as Capitánias, como órgãos locais da Autoridade Marítima, asseguram os seguintes atos técnicos e administrativos:
 - (1). Vistorias de manutenção, para renovação ou prorrogação dos certificados de navegabilidade, certificados especiais de navegabilidade, linhas de água carregada (quando aplicável), vistoriais às inscrições e vistorias para emissão de certificados de lotação de segurança das seguintes embarcações nacionais:
 - (a). Embarcações de pesca local e costeira até 24m de comprimento.
 - (b). Embarcações de recreio tipos 4 e 5.
 - (c). Embarcações registadas no tráfego local com exceção das que transportam mais de 12 passageiros.
 - (d). Embarcações auxiliares locais incluindo marítimo-turísticas.
 - (e). Rebocadores locais.
 - (f). Embarcações auxiliares costeiras, incluindo marítimo-turísticas, e rebocadores costeiros, exceto para a emissão de certificados de lotação de segurança.
 - (2). Vistoria para efeitos de demolição ou desmantelamento de embarcações nacionais, comunitárias ou de países terceiros.

- (3). Vistorias de registo das seguintes embarcações:
- (a). Motas de água e jet-skis;
 - (b). Embarcações de recreio dos tipos 4 e 5;
 - (c). Embarcações de pesca local.
- (4). Vistorias para verificação de condições de segurança em embarcações nacionais, comunitárias e de países terceiros, de qualquer tipo, que tenham solicitado trabalhos cuja natureza afete a segurança das mesmas (por exemplo: intervenções no aparelho propulsor, trabalhos a fogo na vizinhança de/ou em tanques de combustível).
- (5). Vistoria de condições de segurança às embarcações de pesca com pavilhão não nacional, de comprimento superior a 24 metros.
- (6). Vistorias para verificação de condições de segurança em embarcações nacionais, comunitárias e de países terceiros, de qualquer tipo, que tenham solicitado uma arribada forçada por motivo de avaria.
- (7). Vistorias a embarcações e outro material flutuante, de pavilhão não nacional envolvidas em obras portuárias (dragagens, por exemplo) para efeitos da emissão de certificados de navegabilidade.
- (8). Vistorias para arqueação de embarcações do tráfego local (com exceção das que transportem mais de 12 passageiros), auxiliares locais sem motor e pesca local, desde que estejam dispensadas da apresentação de projeto de construção ou modificação (arqueação inferior a 10 TAB).
- (9). Vistorias com vista à emissão de certificados de navegabilidade especiais, que incluem os requisitos impostos para a viagem, designadamente no que respeita a reforço da lotação de segurança, meios de bordo e condições de mar e tempo, para as embarcações poderem efetuar navegação costeira.
- b. As restantes vistorias serão da exclusiva responsabilidade da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, DGRM (ex IPTM, I.P.).

CAPÍTULO IV SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

1. Transporte de cargas perigosas

- a. Os navios com cargas perigosas são navios cuja carga pode afetar o meio ambiente e seus recursos ou pôr em risco a segurança dos bens e/ou de outros utilizadores dos espaços de jurisdição marítima. De acordo com o Código Marítimo Internacional de Mercadorias Perigosas (IMDG *Code*), da IMO, são consideradas cargas ou substâncias perigosas, todas as mercadorias especificadas nas classes 1 a 9 deste código.
- b. São também consideradas cargas perigosas as mercadorias ou substâncias constantes no capítulo 17 do código IBC e do capítulo 19 do código IGC, incluindo os materiais radioactivos incluídos no código INF e as "Mercadorias Poluentes" os

hidrocarbonetos, as substâncias líquidas nocivas e as substâncias prejudiciais como vêm definidas respetivamente nos anexos n.º 1, 2 e 3 da Convenção MARPOL.

- c. Genericamente, são considerados navios com cargas perigosas os que transportem as seguintes cargas do código IMDG:
- (1). Classe 1 (Explosivos).
 - (2). Classe 2 (Gases comprimidos, liquefeitos ou dissolvidos sob pressão).
 - (3). Classe 3 (Líquidos inflamáveis).
 - (4). Classe 4 (Sólidos inflamáveis).
 - (5). Classe 5 (Substâncias oxidantes e/ou peróxidos orgânicos).
 - (6). Classe 6 (Substâncias venenosas e/ou infetantes).
 - (7). Classe 7 (Substâncias radioativas).
 - (8). Classe 8 (Substâncias corrosivas).
 - (9). Classe 9 (Substâncias perigosas diversas).
- d. Os Comandantes dos navios que transportem cargas perigosas, ou seus representantes legais, que pretendam demandar o Porto da Figueira da Foz ou que neste porto pretendam efetuar embarque ou desembarque de tais cargas, deverão informar a Autoridade Portuária, que do facto dará conhecimento à Capitania, nos termos previstos no art.º 4.º e art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 236/2004, de 18 de Dezembro.
- e. Os Comandantes dos navios que transportem cargas perigosas ou poluentes em águas sob jurisdição nacional e jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz, fora do espaço portuário são obrigados a informar de imediato a Capitania dos factos e das situações suscetíveis de afetar a capacidade de manobra dos navios, implicar com a regular atividade portuária ou de constituir perigo para o ambiente marinho e zonas limítrofes.
- f. Os Comandantes dos navios que transportem cargas perigosas ou poluentes, quando fundeados no fundeadouro de espera ou atracados no Porto da Figueira da Foz devem manter a bordo o grau de prontidão adequado de forma a:
- (1). Poder efetuar uma largada de emergência;
 - (2). Ter capacidade para debelar incidentes internos com rapidez e eficácia, tais como, combater focos de incêndio ou dar resposta a qualquer incidente que ocorra com os recipientes que contêm substâncias perigosas.
- g. Sempre que se verifiquem factos ou situações que coloquem em risco o domínio público marítimo ou que afetem a segurança dos navios, tripulações e passageiros, o Capitão do Porto da Figueira da Foz poderá restringir movimentos ou impor restrições aos navios ou embarcações causadores de tal risco.

- h. As operações de carga, descarga e trânsito na área portuária só podem ser executadas após fiscalização pela Polícia Marítima e sob supervisão daquela entidade policial em atenção às condições especiais de segurança exigíveis para tais operações.
- i. Os navios surtos no porto que transportem carga perigosa, ainda que em trânsito, estão sujeitos a policiamento marítimo durante a sua permanência.
- j. A não declaração de condicionantes, ou falsas declarações constituem infração a este Edital.

2. Embarque e desembarque de substâncias perigosas e poluentes

- a. As embarcações, que pretendam efetuar operações de abastecimento de combustível, lubrificantes ou outras substâncias perigosas para consumo próprio, ou pretendam levar a efeito o desembarque de óleos queimados ou outros resíduos poluentes, fora dos terminais especializados, deverão comunicar o facto à Capitania do Porto da Figueira da Foz com, pelo menos, 24 horas de antecedência.
- b. Os referidos embarques ou desembarques só poderão ser executados sob vigilância da Autoridade Marítima, imperativo que decorre no art.º 40.º do Decreto n.º 14029, de 2 de Agosto de 1927.
- c. Por razões de segurança, a Capitania do Porto da Figueira da Foz procederá a uma vistoria nas situações de abastecimento de combustíveis ou de outros produtos poluentes, inflamáveis ou explosivos de uma embarcação, fora de terminais especializados, com recurso a camião cisterna ou a trasfega a partir de bidões. Nessa vistoria, destinada a avaliar a viabilidade de se efetuar, em segurança, a operação pretendida, será verificada a existência e a conformidade de:

(1). Quanto ao camião cisterna:

- (a). Protecção de escape;
- (b). Ligação à terra;
- (c). Corte de corrente geral;
- (d). Cabos de escoamento de eletricidade estática;
- (e). Extintor de Incêndio na cabina;
- (f). Extintor de incêndio no atrelado;
- (g). Extintores de incêndio (2) na cisterna;
- (h). Calço para ajudar imobilização do veículo;
- (i). Existência das etiquetas de perigo e se estão em bom estado;
- (j). Delimitação de área.

(2). Quanto às mangueiras a usar:

- (a). Se estão certificadas;
 - (b). Se existem tabuleiros de retenção de fugas de líquidos que possam ocorrer nas uniões entre mangueiras.
- (3). Quanto à documentação do motorista:
- (a). Bilhete de identidade;
 - (b). Carta de condução;
 - (c). Fichas de segurança.
- (4). Quanto ao trator:
- (a). Livrete;
 - (b). Título de Registo de Propriedade;
 - (c). Licença de aluguer;
 - (d). Certificado R.P.E. ou A.D.R.;
 - (e). Seguro;
 - (f). Inspeção periódica (isento 1º ano).
- (5). Quanto à cisterna:
- (a). Livrete;
 - (b). Título de Registo de Propriedade;
 - (c). Licença de aluguer;
 - (d). Seguro;
 - (e). Inspeção periódica (isento 1º ano).
- d. Para além do cumprimento das medidas acima estipuladas deverão também ser adotadas as seguintes normas de segurança pela embarcação a abastecer de combustíveis/lubrificantes:
- (1). Içar a bandeira Bravo do Código Internacional de Sinais (CIS) de dia e uma luz vermelha à noite, durante a operação de Abastecimento;
 - (2). Instituir a bordo a proibição de fumar ou fazer lume no exterior da embarcação;
 - (3). As tomadas de combustível da embarcação, bem como os respiradouros dos tanques recetores, deverão estar munidos de tabuleiros de retenção de fugas de líquidos;
 - (4). A ligação às tomadas de bordo deve ser estanque. Caso contrário é necessário dispor de válvula de disparo automático;

- (5). O circuito de incêndios do navio deve estar em carga e pronto a ser utilizado;
- (6). O Capitão/Mestre/Arrais da embarcação deve manter prontos a intervir, em caso de necessidade, 2 tripulantes do destacamento da embarcação ou, em alternativa, 2 bombeiros;
- (7). Os embornais devem estar tapados de forma a evitar quaisquer derrames para as águas portuárias.

CAPÍTULO V POLUIÇÃO

1. Poluição

- a. De acordo com a legislação em vigor constitui contraordenação de poluição do meio marinho, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 235/2000, de 26 de Setembro, toda a descarga ou derrame de produto poluente suscetível de provocar alterações às características naturais do meio marinho, bem como toda a operação de imersão não autorizada, e ainda qualquer prática que introduza ou deposite no meio marinho direta ou indiretamente, substância, organismo que contribua para a degradação do ambiente e possa fazer perigar ou danificar bens jurídicos, nomeadamente:
 - (1). Que produza danos nos recursos vivos e no sistema ecológico marinho;
 - (2). Que cause prejuízo às outras atividades que nos termos da lei se desenvolvam no meio marinho.
- b. Nos termos do que precede, é proibido o lançamento ou despejo nas águas oceânicas ou portuárias de quaisquer substâncias nocivas ou residuais passíveis de poluir as águas e praias bem como lançar à água detritos, incluindo peixe, destroços, objetos e outros materiais tais como plásticos, redes, madeiras, embalagens, etc..., provenientes de embarcações ou cais que para além da poluição que geram possam contribuir para falta de segurança na navegação ou assoreamento do porto.
- c. Sempre que as ocorrências envolvam agressões de grandes proporções ao meio marinho, designadamente graves prejuízos para o ecossistema ou perigo de contágio para as vidas humanas, poderá tal, de acordo com os art.º 278.º e art.º 279.º do Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Maio, alterado e republicado pela Lei n.º 59/2007 de 04 de Setembro (Código Penal), observados os preceitos legais e em determinadas situações, configurar crime.
- d. Em caso de poluição, para além das coimas que venham a ser aplicadas pela entidade juridicamente competente, são ainda devidos os pagamentos das despesas resultantes das medidas tomadas no combate à poluição, bem como o pagamento de eventuais indemnizações.

2. Lastros

- a. Os Comandantes dos navios com destino ao Porto da Figueira da Foz, ficam vinculados a enviar à Autoridade Portuária, com conhecimento à Capitania do

Porto da Figueira da Foz, o registo da movimentação de lastro - Declaração de Lastro - através do preenchimento do respetivo questionário, nos termos da resolução IMO A.868(2), de 27 de Novembro de 1997, conjugada com o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 565/99, de 21 de Dezembro.

- b. O lastro permanente e o segregado só poderão ser bombeados para as águas do mar se não estiverem contaminadas com qualquer produto poluente e após prévia autorização da Autoridade Portuária.
- c. Em caso de dúvida será exigida amostra do lastro, que deverá ser selada na presença de legal representante do navio, da Autoridade Portuária e da Autoridade Marítima.
- d. O lastro proveniente dos tanques de carga só pode ser bombeado para terra.
- e. Por determinação do Capitão do Porto, sempre que for julgado conveniente, poderá ser ordenada a selagem das válvulas de fundo e sondados os tanques de lastro.

3. Uso de dispersantes

- a. A fim de evitar a poluição indiscriminada por meios químicos de combate à poluição no mar que poderão provocar formas ainda mais graves de poluição, devem ser observadas as seguintes disposições:
 - (1) O uso de dispersantes é completamente interdito no interior do porto e em águas pouco profundas por se constituir em fonte adicional de contaminação do meio marinho;
 - (2) O uso de dispersantes no mar deve ser analisado caso a caso e precedido de autorização da Autoridade Marítima;
 - (3) Os dispersantes só deverão ser aplicados se for totalmente impossível retirar para depósito os agentes poluidores por meios mecânicos ou outros, no caso de estes traduzirem um perigo imediato de incêndio que afete os navios ou instalações.

CAPÍTULO VI OPERAÇÕES PORTUÁRIAS

1. Serviços efetuados por mergulhadores

- a. A realização de quaisquer trabalhos subaquáticos no espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz está sujeita a licenciamento prévio da Capitania, devendo o respetivo pedido ser efetuado pela empresa de mergulho, de forma a ser emitido aviso à navegação e arbitradas as condições de navegação na proximidade do trabalho.

- b. Quando os trabalhos tenham lugar na área de jurisdição da Autoridade Portuária, deverá também ser obtida autorização daquela entidade.
- c. Após a realização de trabalhos subaquáticos em embarcações, o responsável pela sua execução deverá remeter à Capitania do Porto da Figueira da Foz, no período máximo de 10 dias úteis, um relatório sumário da intervenção e dos resultados obtidos.

2. Reboques

- a. A atividade de reboque no Porto da Figueira da Foz regula-se pelo preceituado no Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro, e nos termos do seu artigo 5.º, na área de jurisdição portuária é considerado serviço de interesse público.
- b. As entidades que exerçam a atividade de reboque de embarcações ficam vinculadas ao dever de colaboração com a autoridade portuária e demais entidades competentes, no que respeita à prevenção de sinistros e de situações de emergência e segurança no porto.
- c. Os trens de reboque que larguem ou demandem o Porto da Figueira da Foz estão sujeitos a vistoria por perito da Autoridade Marítima.
- d. No Porto da Figueira da Foz só é permitido, salvo casos excecionais devidamente autorizados e por razões estritas de segurança da navegação ou do porto, o exercício da atividade de reboque por rebocadores.

3. Dragagens

- a. As operações de dragagem na área de jurisdição da Autoridade Portuária são de sua competência e responsabilidade, sem prejuízo da necessidade de ser dado prévio conhecimento à Capitania de forma a habilitar a sua fiscalização e promoção das ações preventivas no âmbito da segurança da navegação.
- b. As dragas a operar nesta área deverão dar conhecimento prévio dos movimentos que pretendam efetuar à Estação de Pilotos, via VHF canal 14, e, a definir, caso a caso, ao Comando Local da Polícia Marítima.
- c. As operações de dragagem estão interditas, por motivo de segurança da navegação, em situação de visibilidade reduzida.
- d. Toda a navegação deverá dar resguardo conveniente para que as operações decorram com segurança, devendo as embarcações de pesca manter a área onde ocorram desimpedida de quaisquer artes de pesca.
- e. As operações de dragagem no espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz estão sujeitas a policiamento marítimo, nas condições a definir caso a caso, de forma a garantir o rigoroso cumprimento da legislação aplicável, o volume de dragados e o depósito de dragados nos locais definidos.

CAPÍTULO VII PESCA (PROFISSIONAL E LÚDICA) E PRÁTICA DE MERGULHO

1. Pesca Profissional no rio Mondego

- a. Para efeitos do previsto no n.º 2 do art.º 4.º do Regulamento de Pesca do rio Mondego, publicado em anexo à Portaria n.º 564/90, de 19 de Julho, e alterações subsequentes, considera-se Área 1 a que corresponde à área portuária excluindo o troço final do rio Mondego, da estrutura conhecida como pontão do marégrafo sito na raiz do molhe de retenção interior Norte até aos molhes exteriores, sendo a Área 2 a que corresponde ao restante espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz, entre a Fontela e o limite a montante.
- b. Conforme o disposto no RIEAM-72, as embarcações de propulsão mecânica de comprimento inferior a 7 metros e cuja velocidade máxima não ultrapasse 7 nós, devem mostrar um farol de luz branca visível em todo o horizonte, com o alcance de duas milhas náuticas, sendo, no entanto, recomendável dispor complementarmente de faróis de borda.
- c. As redes de deriva deverão ser sinalizadas, na extremidade não amarrada à embarcação, por uma bóia com um mastro, guarnecido, de dia por bandeira ou refletor radar e de noite por farol de luz branca com alcance de duas milhas náuticas.
- d. A pesca dirigida à captura de Lampreia e Sável, tem, de acordo com o disposto na alínea p) do n.º 1 e alíneas b) e d) do n.º 2, ambas do art.º 6.º da Portaria n.º 564/90 de 19 de Julho, as condicionantes seguintes:
 - (1). **Área 1** – Desde as testas dos molhes interiores até à Fontela, os tresmalhos de deriva devem ocupar a metade Norte do rio Mondego, devendo ser salvaguardada a navegação em segurança na metade Sul. É interdita a pesca com artes derivantes para jusante do alinhamento das testas dos molhes interiores, permitindo-se apenas a conclusão da recolha das artes até ao meridiano do farolim anterior do enfiamento de entrada da barra do porto, sito no molhe norte;
 - (2). **Área 2** – Desde a Fontela ao paralelo da Marca do Pontão: Os tresmalhos de deriva devem ocupar a metade Sul do rio Mondego e as estacadas não devem ocupar mais de dois terços do canal devendo o terço livre ser salvaguardado na margem Norte para navegação em segurança;
 - (3). Em ambas as zonas fica interdita a utilização das artes de deriva em condições de reduzida ou má visibilidade;
 - (4). Conforme previsto no n.º 1 do Artigo 7.º da Portaria n.º 564/90, de 19 de Julho (Regulamento de Pesca no Rio Mondego), e alterações subsequentes, foram fixados, por Despacho n.º 31596/2008, de 26 de Novembro, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 239, de 11 de Dezembro de 2008, os períodos de defeso da pesca para o ano de 2009 que se indicam:
 - (a). Para a pesca da Lampreia – 15 de Abril a 31 de Dezembro, inclusive;

- (b). Para a pesca do Sável – de 1 de Janeiro a 15 de Março e de 1 de Junho a 31 de Dezembro, inclusive;
 - (c). Os períodos de defeso estabelecidos mantêm-se para os anos subsequentes a 2009, se outros períodos não forem fixados por novo despacho.
- (5). Conforme o Regulamento de Pesca do Rio Mondego e as medidas nacionais de conservação e gestão dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição nacionais, aprovadas pelo Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio e pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2007, de 28 de Maio, de forma a salvaguardar a segurança da navegação, é proibida a pesca profissional com embarcação, nos seguintes espaços:
- (a). No fundeadouro exterior;
 - (b). Na via de acesso à entrada da barra e num raio de meia milha, nas águas oceânicas, centrada em cada farolim dos molhes exteriores;
 - (c). Na entrada da barra no espaço interior definido pelos alinhamentos dos farolins do molhe exterior com a baliza n.º 2 e desta com o molhe interior a Norte e molhe exterior e molhe interior a Sul desde a estrutura conhecida como pontão do marégrafo sito na raiz do molhe de retenção interior Norte até à linha imaginária definida pelos farolins dos molhes exteriores;
 - (d). No Porto de Pesca, Marina e Doca dos Bacalhoeiros;
 - (e). Onde ocorram operações de dragagem;
 - (f). Durante operações de *Scooping*.

2. Pesca com arte Majoeira

Nos termos da alínea h) do art.º 11.º do Regulamento da Pesca por Arte de Emalhar, aprovado pela Portaria 1102-H/2000 de 22 de Novembro, na redação dada pela Portaria 386/2001 de 14 de Abril, pela Portaria 759/2007 de 3 de Julho e pela Portaria 983/2009 de 3 de Setembro, os pescadores licenciados para a pesca com redes Majoeiras, apenas poderão operar nas zonas para o efeito demarcadas pela autoridade marítima, designadamente:

- a. **Zona 1:** Desde o limite Sul da jurisdição desta capitania, na praia do Pedrógão, até à praia da Orbitur, sita a Sul da praia da Cova (nas coordenadas 40º 07',1 N - 008º 51',9 W; Datum WGS84);
- b. **Zona 2:** Desde a curva do cemitério de Buarcos, praia da Tamargueira, até ao extremo Norte da jurisdição desta capitania, a Sul da Praia de Mira.

3. Pesca com arte Xávega

- a. O regime de exercício da pesca por arte Xávega encontra-se regulado na Portaria n.º 1102-F/2000, de 22 de Novembro, sendo os locais de operação de cada Xávega demarcados pela Capitania do Porto da Figueira da Foz sendo o acesso a praia por animais e tratores para alagem das artes efetuado apenas no local, ou locais, determinados pela Capitania no início de cada safra a fim de evitar a destruição do sistema dunar.
- b. O exercício da pesca com arte Xávega não é permitido durante a época balnear em praias concessionadas, entre as 10 horas e 30 minutos e as 18 horas e 30 minutos.

4. Pesca Lúdica

- a. De acordo com o legislado na Portaria n.º 144/2009, de 5 de Fevereiro, alterada pela Portaria n.º 458-A/2009, de 4 de Maio, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 246/2000, de 29 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 112/2005, de 8 de Julho, que definiu o quadro legal do exercício da pesca marítima dirigida a espécies animais e vegetais com fins lúdicos, vulgo pesca lúdica ou pesca desportiva, no Regulamento de Pesca do Rio Mondego, publicado em anexo à Portaria n.º 564/90, de 19 de Julho, e alterações subsequentes, e as medidas nacionais de conservação e gestão dos recursos biológicos aplicáveis ao exercício da pesca em águas sob soberania e jurisdição nacionais, aprovadas pelo Decreto Regulamentar n.º 43/87, de 17 de Julho, alterado e republicado pelo Decreto Regulamentar n.º 7/2000, de 30 de Maio e pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2007, de 28 de Maio, e ainda para garantir a segurança da navegação e dos pescadores lúdicos, é interdita a pesca lúdica, nos seguintes espaços, neles incluídos pontes, pontões e cais de atracação, no Rio Mondego ([ver representação gráfica em apêndice II](#)):

- (1). Molhes Exteriores do Porto da Figueira da Foz:

Por razões estritas de segurança, sendo proibida a circulação e o exercício de qualquer atividade em toda a sua extensão, não é autorizado o exercício de pesca lúdica apeada naquele espaço sempre que a barra do porto estiver condicionada ([n.º 3 do Capítulo I.](#)) ou estiverem em vigor avisos de temporal ([ver Apêndice I](#)).

- (2). Margem Norte do rio Mondego:

- (a). Até cem metros para Oeste do topo do enrocamento do molhe jusante da Marina de Recreio;
- (b). Na Marina de Recreio incluindo muralhas, molhes, pontões, embarcações e área molhada;
- (c). Até cem metros para Leste do topo do enrocamento do molhe montante da Marina de Recreio;

- (d). Em toda a extensão do cais comercial e subsequente espaço vedado a montante.
- (3). Margem Sul, e braço Sul, do rio Mondego:
- (a). Até cem metros para Oeste do topo do enrocamento do molhe Norte do Porto de Pesca;
 - (b). No Porto de Pesca incluindo muralhas, molhes, pontões, embarcações e área molhada;
 - (c). Molhe Sul do Porto de Pesca, desde o topo do enrocamento e subsequente espaço vedado deste porto, na margem do braço Sul do rio Mondego;
 - (d). Na Doca dos Bacalhoeiros, incluindo os seus enrocamentos.
- b. No espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz, de acordo com a legislação em vigor e por razões estritas de segurança da navegação, não é permitida a pesca lúdica a partir de embarcação, nos seguintes locais:
- (1). No fundeadouro exterior;
 - (2). Na via de acesso à entrada da barra e num raio de meia milha, nas águas oceânicas, centrada em cada farolim dos molhes exteriores.
 - (3). Na entrada da barra – anteporto - no espaço interior definido pelos alinhamentos dos farolins do molhe exterior com o molhe interior a Norte e molhe exterior e molhe interior a Sul desde a estrutura conhecida como pontão do marégrafo sito na raiz do molhe de retenção interior Norte até à linha imaginária definida pelos farolins dos molhes exteriores;
 - (4). Onde ocorram operações de dragagem;
 - (5). Durante operações de *Scooping*;
 - (6). Nas praias concessionadas, nelas incluídas os esporões de proteção dunar, durante a época balnear, a menos de 300 metros da costa.
- c. A apanha lúdica no espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz não carece de licença o que não obsta a que nos termos da lei esteja limitada a limites máximos por espécie e correspondentes tamanhos mínimos sendo relevante o facto de não ser permitido no seu exercício o uso de qualquer utensílio.
- d. O presente normativo sobre a pesca lúdica não prejudica nem prevalece sobre o quadro legal aplicável nomeadamente o preceituado no art.º 7.º da Portaria n.º 144/2009, de 5 de Fevereiro.

5. Pesca Submarina

Por imperativo das normas estatuídas pelas Portaria n.º 144/2009, de 5FEV (Condicionalismos ao exercício da pesca lúdica) e Portaria n.º 564/90, de 19JUL, não é

permitido o exercício da pesca submarina para montante das testas dos molhes exteriores situados na barra do Porto da Figueira da Foz.

6. Prática de Mergulho

Conforme instituído no DL 16/2007, Artigo 8.º, n.º 1, a prática do mergulho é vedada em canais de navegação, portos e barras.

CAPÍTULO VIII ATIVIDADES DE CARÁCTER RECREATIVO E DESPORTIVO

1. Eventos de natureza desportiva ou cultural

- a. A realização de eventos de natureza desportiva ou cultural fica sujeita a autorização ou licenciamento da Capitania do Porto devendo os requerimentos dar entrada na secretaria até 5 (cinco) dias úteis antes da realização do evento.
- b. Quando os eventos tenham lugar, no seu todo ou em parte, no espaço de jurisdição da Autoridade Portuária, deverá previamente ser solicitada autorização à Autoridade Portuária que licenciará o espaço.
- c. No âmbito das suas competências, sem prejuízo das competências de outras entidades administrantes, o Capitão do Porto estabelecerá as condições que a realização dos eventos desportivos deverão cumprir, nomeadamente o eventual acompanhamento por Agentes da PM e as condições técnicas e de segurança dos equipamentos desportivos utilizados, como por exemplo: "balizas" e estruturas tipo bancada.
- d. Nos casos em que os eventos ocorram em águas restritas ou em locais onde a navegação é tal que a realização do evento possa fazer perigar a sua realização em segurança, a Capitania emite o correspondente Aviso à Navegação Local e assegura a presença de embarcação própria, quando considerado adequado.

2. Fogo-de-artifício

- a. O lançamento de fogo-de-artifício no espaço de jurisdição marítima carece de licença emitida pela Capitania sem prejuízo de outras licenças que, nos termos da legislação aplicável, devem ser acauteladas, nomeadamente das seguintes entidades, conforme aplicável:
 - (1) PSP/GNR (explosivos: Licença e Credenciação para lançamento de foguetes e fogo de artifício;
 - (2) APFF (utilização espaço);
 - (3) Câmara Municipal respetiva (licença de ruído);
 - (4) Bombeiros (segurança).

- b. Por razões de segurança, o lançamento de fogo-de-artifício estará sujeito a demarcação do local, vistoria, fiscalização e policiamento permanente pela Polícia Marítima.

3. Embarcações de Alta Velocidade (EAV)

- a. São consideradas embarcações de alta velocidade (EAV), aquelas que possuam sustentação dinâmica e utilizem um aparelho propulsor que satisfaça qualquer das seguintes condições:
 - (1). Aparelho propulsor de três ou mais motores, sendo a potência efetiva de qualquer um deles igual ou superior a 125 c.v. (92 Kw);
 - (2). Aparelho propulsor com qualquer número de motores, sendo a potência efetiva em cavalos vapor superior a qualquer um dos seguintes valores:
 - (a). 175 c.v. (129 Kw), no caso de embarcações com menos de 6 metros de comprimento fora a fora;
 - (b). 350 c.v. (257Kw) ou mais, no caso de embarcações com mais de 6 metros de comprimento fora a fora;
 - (c). O valor resultante da aplicação da fórmula $65 \times L - 300$ (c.v.) ou $(65 \times L - 300) \times 0,7355$ (Kw), sendo L o comprimento fora a fora em metros, no caso das embarcações com mais de 10 metros de comprimento fora a fora.
- b. Entende-se por Potência Efetiva a potência máxima que os fabricantes dos motores a utilizar neste tipo de embarcações fizerem constar da respetiva documentação e especificações técnicas, em resultado de provas efetuadas nos motores em bancos de ensaios.
- c. São igualmente consideradas EAV aquelas embarcações que, pela sua estrutura, característica do seu sistema de propulsão ou relação peso/potência efetiva, se diferenciem claramente das restantes embarcações e sejam suscetíveis de representar um perigo para a navegação.
- d. Contém legislação específica sobre EAV o Decreto-Lei n.º 249/90, de 1 de Agosto, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 274/93, de 4 de Agosto.
- e. As EAV estão obrigadas a despacho de largada nos termos da legislação em vigor, sendo ainda obrigadas a:
 - (1). Informar o Capitão do Porto da hora prevista de chegada (ETA) com, pelo menos, duas horas de antecedência;
 - (2). Apresentar ao Capitão do Porto comunicação de chegada no prazo máximo de uma hora após a atracação;
 - (3). Permanecer atracadas entre as 2100 e as 0700 horas locais, salvo autorização expressa, por escrito, do Capitão do Porto;

- (4). Solicitar ao Capitão de Porto autorização de saída do porto com, pelo menos, duas horas de antecedência;

4. Náutica de recreio

- a. Nos termos da alínea f) do art.º 2.º do Regulamento da Náutica de Recreio, Anexo ao Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25 de Maio, o Porto da Figueira da Foz é considerado porto de abrigo.
- b. Para efeitos do previsto no art.º 3.º e art.º 8.º do Regulamento da Náutica de Recreio, relativamente à classificação e utilização das embarcações de recreio, as distâncias são medidas a partir do Farolim do Molhe Exterior Norte do Porto da Figueira da Foz.
- c. As embarcações de recreio estrangeiras são obrigadas a comunicar a sua saída, nos termos do n.º 7 do art.º 44.º do Regulamento da Náutica de Recreio, e as embarcações de recreio nacionais dos tipos 1, 2 e 3, nos termos do art.º 40.º do mesmo regulamento, em viagens de duração superior a 72 horas, devem visar na Capitania a lista de embarque – **documento de largada**.
- d. Quando não exista lugar na Marina da Figueira da Foz, as embarcações de recreio em trânsito podem fundear, mediante autorização da Autoridade Portuária, no anteporto a Sul do canal de acesso definido pelo enfiamento entre a cabeça do molhe de retenção interior Sul e a cabeça do molhe exterior Sul.
- e. Atendendo as condições meteorológicas e oceanográficas predominantes no litoral e por questões de salvaguarda da segurança da navegação, de pessoas e bens, no espaço marítimo sob jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz, as embarcações do tipo Canoa ou Caiaque registadas como embarcação de recreio só podem navegar até 1000 metros da linha de costa, durante o arco diurno, com boa visibilidade e com boas condições de tempo e mar de pequena vaga não superior a 1 metro de altura.

5. Desportos náuticos motorizados

- a. Prática de desportos náuticos motorizados
 - (1). Para a prática de desportos náuticos motorizados ou praticados com o auxílio de embarcação a motor, são consideradas “zonas de banhos” toda a orla marítima e margens, contemplada no Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) aplicável e no Anexo 1 à Portaria n.º 115/2012, de 27 de Abril.
 - (2). Não é permitido às embarcações de recreio navegar ou fundear nas seguintes áreas:
 - (a). Durante a época balnear, nas zonas de banhos, até 300 metros da linha da borda de água;
 - (b). Durante a prática de esqui aquático, ao conjunto embarcação-esquiador, nas zonas de banhos, até 300 metros da linha de borda de água;

- (c). Durante a época balnear, só é autorizada a entrada na zona de banhos das embarcações com arqueação inferior a 2 toneladas, desde que tenham velas arreadas e/ou os motores parados e levantados, e dos esquiadores em manobras de abicagem, pelos corredores para o efeito demarcados. No caso de não existirem os referidos corredores não é permitido o acesso à praia.
- (3). Não é permitida a prática de desportos náuticos motorizados ou praticados com o auxílio de embarcação a motor no canal de navegação principal e no canal de acesso ao Porto da Figueira da Foz.
- b. Utilização de motas de água e pranchas motorizadas

A utilização destas embarcações na área de jurisdição da Capitania, fora do Porto da Figueira da Foz, está condicionada, por razões de segurança, ao cumprimento das seguintes disposições:

- (1). As motas de água e pranchas motorizadas só podem navegar entre o nascer-do-sol e uma hora antes do pôr-do-sol;
- (2). Durante a época balnear, não é permitida a utilização de motas de água e pranchas motorizadas nas zonas de banhos a menos de 300 (trezentos) metros da praia, excetuando-se as embarcações de socorro e polícia;
- (3). Durante a época balnear, nas zonas de banhos, os utilizadores de motas de água e pranchas motorizadas utilizarão obrigatoriamente para largar ou abicar à praia, os corredores demarcados destinados às embarcações de recreio. No caso de não existirem os referidos corredores e o número de praticantes o justificar, serão designados e assinalados locais na praia para aqueles praticantes largarem ou abicar.

6. Remo

- a. Por razões de segurança da navegação, com especial relevo para a dos praticantes de Remo e respetivas embarcações, é proibida a prática do Remo para jusante do enfiamento definido pelos farolins do molhe jusante da marina da Figueira da Foz e do bico da Lusitânia e entre o pôr e o nascer-do-sol.
- b. A prática deste desporto náutico não deve interferir com a atividade portuária e a pesca profissional local prevista no Regulamento da Pesca no Rio Mondego.

7. Kitesurf

- a. A prática de *Kitesurf*, bem como o seu ensino, não está regulado em Portugal nem existe ainda uma federação desportiva que agregue a actividade não se encontrando deste modo tutelada pelo Instituto Nacional do Desporto.
- b. Este facto não obsta a que se observe o crescimento deste desporto náutico no espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz o que impõe o estabelecimento de normativos adequados que contribuam para o incremento da segurança na orla marítima tanto para os praticantes da modalidade como para os restantes utentes daqueles espaços do Domínio Público Marítimo (DPM).

- c. O *Kitesurf* é um desporto náutico que utiliza uma prancha e uma vela (ou asa) que pelas suas características, nomeadamente no relativo à elevada tensão a que são submetidos os cabos, em especial nos momentos de entrada e saída da água, pode oferecer alguma perigosidade sobretudo aos restantes utentes quer das praias designadas, concessionadas ou não, quer das praias não designadas ou não vigiadas pelo que, durante a época balnear devem ser observadas as seguintes condicionantes:

- (1). A prática de *Kitesurf* - entradas e saídas da água - está limitada à faixa da orla marítima situada a Sul do esporão mais a Sul da Praia da Cova, freguesia de S. Pedro – Figueira da Foz, delimitada com início a 200 metros a Sul daquele esporão até 400 metros a Sul do mesmo esporão em praia não designada e não vigiada;
- (2). A faixa da orla marítima delimitada encontra-se sinalizada nos seus extremos;
- (3). A prática de *Kitesurf* só é permitida durante o período diurno, até uma hora antes do pôr-do-sol, com boa visibilidade, mar de pequena vaga até 1 metro de altura significativa e vento que não exceda os 30 nós;
- (4). Não é permitida a prática de *Kitesurf* a menos de 100 (cem) metros da linha de costa em praias não designadas e não concessionadas, a menos de 300 (trezentos) metros de zonas de apoio balnear (zonas concessionadas) e a mais de 1000 metros da linha de costa sem apoio de embarcação não podendo a embarcação apoiar mais de dois praticantes sem comunicações e mais de quatro com comunicações devendo estes operar dentro do seu horizonte visual que não deve exceder 1/2 milha náutica;
- (5). Os praticantes deverão transportar uma pequena bandeira - dimensões recomendadas de 50x50 cm - cor-de-laranja, confeccionada em material de rápida secagem, para utilizar como meio de pedir socorro;
- (6). Em todas as circunstâncias a prática do *Kitesurf* deve prioritariamente atender à segurança dos utentes do DPM e à segurança dos seus praticantes.

8. Windsurf

A prática de *Windsurf* no espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz, fora do Porto da Figueira da Foz, está condicionada ao cumprimento das seguintes disposições:

- a. Só é permitida durante o período diurno, até uma hora antes do pôr-do-sol com boa visibilidade, bom tempo e mar de pequena vaga até 1 metro de altura;
- b. Todas as pranchas de *Windsurf* deverão dispor, preferencialmente, de vela com, no mínimo, secção de tela transparente que permita a visibilidade para sotavento;

- c. Só é permitido o afastamento até 1 milha da costa. Os praticantes que se afastem mais de 1000 (mil) metros da costa usarão obrigatoriamente cinto com cabo e gato fixo à prancha;
- d. Os praticantes deverão transportar uma pequena bandeira - dimensões recomendadas de 50x50 cm - cor-de-laranja, confeccionada em material de rápida secagem para utilizar como meio de pedir socorro;
- e. Durante a época balnear não é permitida a prática de *Windsurf* nas zonas de banhos a menos de 100 (cem) metros da praia;
- f. Durante a época balnear, nas zonas de banhos, os praticantes de *Windsurf*, para largar ou abicar à praia, utilizarão obrigatoriamente, quando existam, os corredores demarcados destinados às embarcações de recreio. no caso de não existirem os referidos corredores, os praticantes, para largar ou abicar às zonas de banhos terão, respetivamente, de se afastar ou aproximar da praia a nado, num percurso a ela perpendicular e não inferior a 100 (cem) metros;

9. Natação

Por razões de segurança específica, não é permitida a prática de natação na doca de recreio, na doca dos bacalhoeiros, no Porto de Pesca, no Porto de Abrigo da Gala, no canal de navegação principal e no canal de acesso ao Porto da Figueira da Foz.

CAPÍTULO IX DIVERSOS

1. Comunicação de achado ou de objeto suspeito

- a. Qualquer indivíduo que, no mar, na orla marítima ou em qualquer outro local sob jurisdição da autoridade marítima encontrar objeto cuja aparência apresente indícios que levem a admitir tratar-se de material de guerra, engenho explosivo ou outro de natureza suspeita, deverá:
 - (1). Abster-se de lhe tocar, direta ou indiretamente, ou de o alar para bordo se o achado for no rio ou no mar;
 - (2). Assinalar, se possível, o local e providenciar, tanto quanto as circunstâncias lho permitam, para que ninguém dele se aproxime até à chegada da Autoridade;
 - (3). Comunicar o achado, com a maior brevidade possível, à Autoridade Marítima mais próxima (Capitania, ou Comando Local da Polícia Marítima), ou, se isso não for viável, a qualquer autoridade militar, força de segurança ou autoridade civil, descrevendo o objeto e sua localização, o melhor que puder.
- b. Qualquer indivíduo que achar ou localizar bem que testemunhe a presença humana, possuidor de valor histórico, artístico ou científico, situado no espaço jurisdição da Autoridade Marítima, deverá comunicar o facto à Capitania do Porto

da Figueira da Foz, estância aduaneira, autoridades policiais ou diretamente ao Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I.P.), no prazo de 48 horas, sob pena de perder os direitos de achador consignados no Decreto-Lei n.º 164/97, de 27 de Junho, sem prejuízo da responsabilidade civil, criminal ou contraordenacional a que haja lugar.

2. Utilização de detetores de metais

De acordo com o artigo 2.º da Lei n.º 121/99, de 20 de Agosto, conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 96/2007, de 29 de Março, a emissão de licenças de utilização de detetores de metais e de qualquer outro equipamento de deteção é da competência do diretor do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico, I.P. (IGESPAR, I.P.) não sendo autorizado a utilização de tais equipamentos no espaço de jurisdição da Capitania do Porto da Figueira da Foz sem licenciamento daquela entidade.

3. Operações de *Scooping*

As operações de *Scooping* consubstanciam-se no reabastecimento, de água, de aeronaves empenhadas no combate a incêndios florestais sendo que, o Rio Mondego, genericamente entre a Ponte Edgar Cardoso e a barra, pelas suas características, satisfaz os requisitos operacionais necessários àquele tipo de operações, quer reais quer em exercícios que a Autoridade Nacional de Protecção Civil entenda realizar. Assim:

- a. Define-se como área de operações de *Scooping*, o canal principal do Rio Mondego com ponto de entrada a jusante da Ponte Edgar Cardoso, na posição geográfica 40°08'.72537N / 008°52'.29470W – 40°08'.72559N / 008°50'.68511W (WGS 84) e ponto de saída até à barra;
- b. Sempre que necessário, assumindo-se como prioritária, em princípio, a missão em que aquelas aeronaves estejam empenhadas, será ativada a área de operações de *Scooping* do Rio Mondego que, no sentido de se garantirem as condições de segurança adequadas, mesmo com um pré-aviso que pode não ir além de 20 minutos, implicará de imediato:
 - (1). O encerramento da barra do Porto da Figueira da Foz a toda a navegação;
 - (2). A interdição de toda a navegação, de qualquer tipo, no canal principal do Rio Mondego entre a Ponte Edgar Cardoso e a barra.

4. Condicionamento no acesso aos molhes exteriores

- a. Por razões estritas de segurança e salvaguarda da vida humana é proibida a circulação apeada nos molhes exteriores do Porto da Figueira da Foz sempre que a [barra esteja condicionada ou fechada](#) ou se encontrem em vigor [avisos de temporal](#).
- b. Ainda que nenhum daqueles sinais esteja estabelecido nos mastros respetivos, no Forte de Santa Catarina e na Estação Salva-Vidas, o acesso apeado aos molhes

exteriores só pode ser feito sob extremo cuidado e especial atenção ao estado do mar e seu comportamento nos molhes.

5. Cargas, coisas, objetos e valores abandonados

- a. Consideram-se abandonadas as cargas, coisas, objetos ou valores que permaneçam à guarda da Autoridade Marítima para além dos períodos autorizados e que, após notificação do respetivo depositante, dono ou consignatário, ou de quem o substitua, o mesmo não processa à sua remoção no prazo que lhe for fixado.
- b. A notificação referida no número anterior será feita pessoalmente ou por outro expediente que permita obter comprovativo da sua receção, devendo em caso de desconhecimento da identidade do dono, do consignatário ou de quem o substitua, vem como do seu endereço ou paradeiro, ser efetuada através de editais afixados nos locais habituais.
- c. As cargas, coisas, objetos ou valores considerados abandonados e sujeitos à ação fiscal são relacionados e entregues à Alfândega, nos termos da legislação aduaneira.
- d. O dono, o consignatário, ou quem os substitua, de cargas, coisas, objetos ou valores considerados abandonados e não sujeitos à ação fiscal são responsáveis pela remoção, obrigando-se a pagar à Autoridade Marítima a realização desse serviço, se o não executarem no prazo que lhes for fixado para esse efeito.
- e. Sempre que, ao abrigo do número anterior, a Administração tiver de proceder à remoção de bens abandonados, poderá apropriar-se deles, nos termos gerais de direito, e proceder à sua venda, revertendo o produto desta, em primeiro lugar, para o pagamento das dívidas à Autoridade Marítima, se não houver outras que, legalmente, devem ter preferência.

6. Condução de embarcações sob a influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas















- a. Nos termos conjugados dos artigos 289.º do Código Penal, do nº1 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 44/2002, de 2 de março, e da alínea g) do nº 4 do mesmo artigo, é proibida a condução ou governo de embarcações sob a influência de álcool ou de outras substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, sendo obrigado a submeter-se a provas para a sua deteção, sob pena de incorrer em infração punível com coima de € 2200 a € 3700, prevista na alínea f), n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45/2002, de 2 de março.
- b. A fiscalização da condução ou governo sob influência do álcool ou de substâncias psicotrópicas é efetuada de acordo com o regulamento anexo à Lei n.º 18/2007, de 17 de maio, e Portaria n.º 902-B/2007, de 13 de agosto;

- c. Para os efeitos previstos neste Edital, considera-se estar sob o efeito do álcool quem apresentar uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 0,50 g/l.
- d. Tal como resulta do estabelecido nos artigos 289º e 292º do Código Penal, pode incorrer em responsabilidade criminal, pela prática do crime de condução perigosa de meio de transporte por água, quem conduzir ou governar embarcações com uma taxa de álcool no sangue igual ou superior a 1,2 g/l.

APÊNDICE I

SINAIS VISUAIS DE AVISO DE TEMPORAL

(Decreto-Lei n.º 283/87, de 25 de Julho)

SINAL N.º	FORÇA E DIRECÇÃO DO VENTO	SINAL DIURNO	SINAL NOCTURNO
1	VENTO DE FORÇA 8 OU SUPERIOR COMEÇANDO NO QUADRANTE NOROESTE (NW)		
2	VENTO DE FORÇA 8 OU SUPERIOR COMEÇANDO NO QUADRANTE SUDOESTE (SW)		
3	VENTO DE FORÇA 8 OU SUPERIOR COMEÇANDO NO QUADRANTE NORDESTE (NE)		
4	VENTO DE FORÇA 8 OU SUPERIOR COMEÇANDO NO QUADRANTE SUESTE (SE)		
5	VENTO DE FORÇA 12 DE QUALQUER DIRECÇÃO		
6	VENTO DE FORÇA 7 DE QUALQUER DIRECÇÃO		
7	VENTO RONDANDO NO SENTIDO DO MOVIMENTO DOS PONTEIROS DO RELÓGIO		
8	VENTO RONDANDO NO SENTIDO DO MOVIMENTO CONTRÁRIO AO DOS PONTEIROS DO RELÓGIO		

Mastro de Sinais na Estação Salva-Vidas da Figueira da Foz

APÊNDICE II

REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DAS ÁREAS DE PESCA PROFISSIONAL E PESCA LÚDICA AUTORIZADAS E INTERDITAS

